

O MODELO CHILENO E A BATALHA IDEOLÓGICA SOBRE OS RUMOS DO BRASIL

Joana Salém Vasconcelos e Rejane Carolina Hoeveler¹

“Um estado de choque não é só o que nos acontece quando vivemos algo ruim. É o que nos acontece quando perdemos nossa narrativa, perdemos nosso enredo e ficamos desorientados. O que nos mantém orientados, alertas e não em choque é a nossa história.”

Naomi Klein (*The Shock Doctrine*)



O pacto entre bolsonarismo e neoliberalismo extremista possui paralelos com a ditadura chilena (1973-1990). No Chile, a aliança entre Pinochet e os “Chicago Boys” resultou em uma política do terror atrelada ao maior processo de privatizações já ocorrido na América Latina. Conhecer o modelo chileno nos ajuda a antecipar procedimentos e objetivos da aliança Jair Bolsonaro-Paulo Guedes em diversas áreas. Embora pareça abalada pelos recentes acordos do presidente com o “Centrão”, a aliança entre extrema-direita e ultraliberalismo representa um importante horizonte programático para a direita brasileira

Nos últimos anos, o Chile se tornou um assunto frequente nos debates brasileiros. Comparações entre crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e renda *per capita*, entre sistemas de previdência, saúde e educação, encheram jornais e redes sociais. A conjuntura polarizada deu origem a visões antagônicas a respeito do chamado “modelo chileno”. Tal como já ocorria com Cuba e Venezuela, mas em sentido inverso, o Chile passou a representar um avatar no interior das tensões políticas brasileiras.

Como muitos já perceberam, o pacto entre o militarismo de Jair Bolsonaro e o neoliberalismo extremista de Paulo Guedes possui paralelos com a ditadura chilena (1973-1990)². No Chile, a aliança entre Pinochet e os “Chicago Boys” resultou em uma política do terror atrelada ao maior processo de privatizações já ocorrido na América Latina. Foram 3.216 opositores assassinados, 38.254 pessoas torturadas, cinco milhões de hectares espoliados de camponeses/indígenas, 230 mil demitidos, 200 mil exilados, ao mesmo tempo que se fez terra arrasada dos direitos laborais, dinamitados pelo *Plan Laboral* (1979), e uma das maiores operações de capitalização dos salários da história,

com o *Nuevo Sistema de Pensiones* das AFP (1980)³.

Pelo menos desde 2018, as direitas brasileiras emulam o “modelo chileno” com frequência, de duas maneiras. Os mais apaixonados da nova extrema-direita admiram a violência pinochetista como necessidade histórica e defendem abertamente regimes de extermínio. Já os mais cínicos fabricam a higienização dos “Chicago Boys”, separando seu legado econômico da péssima imagem internacional de Pinochet, argumentando que existe harmonia entre privatização total e democracia. Para os segundos, a incompetência de Paulo Guedes e a baixaza de Bolsonaro desmoralizam as supostas virtudes do neoliberalismo. Em ambos os casos, o Chile é acionado como bom exemplo para o Brasil.

E o que precisamos saber sobre isso? Conhecer o modelo chileno nos ajuda a antecipar procedimentos e objetivos da aliança Bolsonaro-Guedes em diversas áreas. E embora esta dupla pareça abalada pelos recentes acordos do presidente com o “Centrão”, este encontro está longe de ser casual. Representa um importante horizonte programático para a direita brasileira, mais duradouro do que alguns imaginam.

A exaltação do “modelo chileno”

“Chegou a vez de o Brasil ter os seus ‘Chicago Boys’ comandando a economia”, disse Eduardo Bolsonaro ao visitar o Chile em 2018. Nenhum constrangimento em confessar a cópia de um modelo em profunda crise

O bolsonarismo adotou o neoliberalismo chileno como modelo quando Guedes embarcou na campanha. A trajetória do banqueiro, da Universidade de Chicago à Universidade do Chile durante a ditadura, junto com sua experiência no mercado financeiro, dava pistas sobre o tipo de choque neoliberal que se anunciava⁴. Já a adoração de Jair Bolsonaro por Pinochet não era nenhuma novidade. Com a morte do ditador, em 2006, o homenageou como “*saudoso general*” num telegrama⁵. No programa de João Kleber, *Você na TV*, em março de 2015, insistiu: “*Pinochet fez o que tinha que ser feito*”.

Em dezembro de 2018, Eduardo Bolsonaro viajou ao Chile e se encontrou com líderes da extrema-direita, como José Antonio Kast. No Twitter, se orgulhou da possibilidade de copiar o vizinho: “Chegou a vez de o Brasil ter os seus ‘Chicago Boys’ comandando a economia. O Brasil é tão abençoado que por vezes nem precisa desenvolver ou criar uma nova política, com risco de falhar, basta copiar (sic) as que já dão certo no exterior”. Nenhum constrangimento em confessar a cópia de um modelo que, flagrantemente, já estava em profunda crise desde a virada do século.

Quando Jair fez viagem oficial ao Chile em março de 2019, não por acaso o primeiro país latino-americano a visitar, enfrentou protestos nas ruas contra o fascismo e o neoliberalismo, incluindo um beijaço convocado pela comunidade LGBT+ chilena⁶. Até o presidente direitista Sebastián Piñera, envergonhado, mandou um recado: “As frases de Bolsonaro sobre a ditadura são infelizes”. Entre elas, exemplificou: *Quem procura osso é cachorro*⁷, placa do gabinete do então deputado em referência às famílias das vítimas da ditadura.

Piñera, que gosta de lembrar que votou contra a ditadura no plebiscito de 1988 que derrubou Pinochet, foi responsável pela maior crise de violação de direitos humanos em democracia, quando reprimiu o *estallido social* de outubro de 2019 com Exército, tortura, estupros, assassinatos e atentados. Em 31 de janeiro de 2020, o Instituto Nacional de Direitos Humanos do Chile contabilizou mais de 22.000 presos; 3.746 feridos em protestos, sendo 282 crianças; 879 denúncias de tortura; 427 pessoas com

traumas oculares; 183 denúncias de violência sexual; e 27 mortes⁸. Parlamentares da esquerda ainda trabalham por uma denúncia constitucional contra Piñera por tais violações.

Durante a visita de Bolsonaro ao Chile em março de 2019, Onyx Lorenzoni, à época ministro da Casa Civil, aproveitou também para elogiar Pinochet: “O sangue lavou as ruas do Chile, mas [vejam] as bases macroeconômicas fixadas naquele governo [...]. A gente está propondo um caminho muito similar ao do Chile”⁹. Junto com Guedes, repetiu a falácia dos “oito governos de esquerda” no Brasil — todos desde a Ditadura.

Em setembro de 2019, Bolsonaro voltou a elogiar a ditadura chilena em revide contra Michelle Bachelet, comissária da ONU sobre direitos humanos, quando esta reportou uma “*redução do espaço democrático*” no Brasil. Ele atacou a ex-mandatária: “[Bachelet] se esquece que seu país só não é uma Cuba graças aos que tiveram coragem de dar um basta à esquerda em 1973, entre esses comunistas o seu pai, brigadeiro à época”¹⁰. O pai de Michelle, Alberto Bachelet, foi general constitucionista da Força Aérea, assassinado pelo regime militar em 1974. Mais uma vez, em nome das aparências Piñera se viu forçado a responder: “Não compartilho em absoluto com a menção de Bolsonaro em respeito à ex-presidente do Chile, especialmente um tema tão doloroso como a morte de seu pai”.

O exemplo mais caricato da adoração da direita brasileira por Pinochet foi a tentativa do deputado estadual Frederico D’Ávila (PSL) de homenagear o tirano chileno na As-

sembleia Legislativa de São Paulo, em 10 de dezembro de 2019, que coincidentemente é dia mundial dos direitos humanos e aniversário da morte do ditador. A comunidade de imigrantes chilenos em São Paulo, que desde outubro se organizava em apoio aos protestos por mais direitos em seu país, já preparava um ato de desagravo quando o presidente da Alesp, Cauê Macris (PSDB), proibiu a homenagem e chamou Pinochet de ditador. Até a direita se constrange com o bolsonarismo¹¹.

A previdência à la chilena e os interesses de Paulo Guedes, ex-sócio do BTG

Circulou a informação de que o banco BTG Pactual, fundado por ele em 1983, era um dos receptáculos de capitais das AFP no Chile — em 2019, controlava US\$ 1,13 bilhão dessas empresas

Em fevereiro de 2019, na ofensiva da reforma da previdência, Paulo Guedes repetia seu clichê na Globo News: “Não tem novidade nenhuma, isso foi feito lá trás, há 30 anos no Chile e o Chile virou a Suíça latino-americana”. Não era difícil se informar no Brasil sobre a crise do sistema previdenciário chileno. Desde 2015, o movimento NO+AFP organizava milhões de pessoas nas ruas, denunciando a falácia da capitalização¹². O empobrecimento dos aposentados chilenos, a explora-



Manifestação contra a ditadura de Pinochet e as torturas

ção do trabalho de idosos e o efeito nefasto da mercantilização da saúde na velhice eram fatos evidentes e comprováveis.

Mas a grande imprensa brasileira, entusiasta da agenda privatista, relativizou o problema chileno para tornar palatável a “capitalização” de Paulo Guedes. Durante a votação da reforma da Previdência, as esquerdas se apropriaram dos argumentos chilenos contra as AFP para combater o disparate: as pensões menores que o salário mínimo, o alto índice de suicídio entre idosos, os lucros bilionários das AFP, as mentiras propagadas desde os anos 1980 sobre os benefícios do sistema passaram a compor o “repertório chileno” de pressupostos da esquerda brasileira.

Na batalha ideológica, as resistências também se retroalimentaram. Viralizou em ambos os países a manchete do *El Mercurio* do ano 2000 que dizia: “Chilenos se aposentarão com 100% de seu salário em 2020”¹³. Naquele mês, metade dos recém-aposentados no Chile obtiveram me-

nos de 15% do salário mínimo como pensão, segundo a Fundação Sol.

As interações Brasil-Chile no mercado de capitais começaram a ser investigadas. Circulou a informação de que o banco BTG Pactual, fundado por Guedes em 1983, era um dos receptáculos de capitais das AFP, que capturam 12% dos salários de todos os trabalhadores do Chile. Embora Guedes já não fosse mais sócio do banco, era evidente que a privatização da Previdência no Brasil alimentava seus interesses financeiros.

Em 2019, o grupo BTG Pactual controlava US\$ 1,13 bilhão das AFP chilenas, com destaque para o capital de risco, entre as quais ocupava a 3ª posição¹⁴. O maior acionista do banco, André Esteves, oitavo homem mais rico do Brasil (*Forbes*), havia sido preso em 2015, acusado de obstrução de justiça pela Operação Lava Jato, mas foi absolvido em 2017.

Enquanto isso, na pouco televisada Operação Greenfield, o próprio Guedes passou à condição de investigado por fraudes financeiras

com fundos de pensão do funcionalismo público (criados pela reforma da Previdência de Lula, em 2003). A empresa BR Educacional Gestora, da qual Guedes era sócio até tornar-se ministro, foi responsável por captar e gerir mais de R\$ 1 bilhão dos fundos de pensão Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras), Funcef (Caixa), Postalís (Correios) e do BN-DESPar — setor de investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES.

A investigação, que ainda se desenrola na Procuradoria Geral da República (PGR) e no Tribunal de Contas da União (TCU), sinaliza que Guedes pode ter recebido “benefícios econômicos ilícitos” entre 2009 e 2013¹⁵. Em janeiro de 2020, Esteves Colango, assessor de Guedes no ministério, foi oficialmente denunciado por gestão fraudulenta e prejuízos de R\$ 5,5 bilhões aos fundos de pensão da Caixa, Vale, Banco do Brasil e Petrobras. A fraude consistiu no investimento temerário das contribuições dos funcionários públicos no Fundo Sondas, da empresa Sete Brasil, propriedade do mesmo André Esteves¹⁶, que em dezembro de 2019 foi autorizado pelo Banco Central a retornar ao grupo de controle do BTG Pactual¹⁷.

Em agosto de 2020, o PDT entrou com uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) no Supremo Tribunal Federal (STF), pedindo afastamento de Guedes do Ministério, por interferência nas investigações da Operação Greenfield. A defesa de Guedes contra-atacou com uma petição ao STF, acusando os procuradores do Ministério Público Federal de ocultação de provas¹⁸.

Durante a votação da reforma da Previdência Social, a auditora fiscal Maria Lúcia Fatorelli alertava que os custos de transição para um sistema de capitalização no Brasil seriam muito maiores que no Chile, onde chegaram a US\$ 10 trilhões. A capitalização não era apenas um meio para a fraude — era, em si mesma, a própria fraude¹⁹. Sua derrota no Congresso, diluindo o choque pinochetista de Guedes na agenda de deterioração do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), representou uma relativa desconfiança da própria direita no “modelo chileno” — bem como o temor de que num futuro próximo os efeitos de um modelo de previdência radicalmente desigual e empobrecedor como o chileno levassem à irrupção de protestos sociais.

O modelo chileno da educação como plataforma financeira

Desde 1980, a ditadura de Pinochet havia eliminado a gratuidade no ensino superior público. Em 2006 e 2011 os massivos protestos estudantis atacaram precisamente a financeirização da educação e o endividamento dos alunos

No mesmo mês da aprovação da reforma da Previdência no Senado, em julho de 2019, o então ministro da educação, Abraham Weintraub,

anunciou o Future-se, um projeto de “autofinanciamento” das universidades públicas, que passariam a depender parcialmente de recursos privados de empresas e dos próprios alunos. Isso depois de contingenciar R\$ 1,9 bilhão da verba pública universitária em maio. O programa abriria uma avenida para confusão das fronteiras entre universidades públicas e privadas, favorecendo a educação como negócio. Nunca é demais lembrar que a presidente da Associação Nacional de Universidades Particulares (ANUP), Elizabeth Guedes, irmã do ministro da Economia, tem longo histórico de lobby pelo ensino a distância (EaD) e pela desregulamentação do ensino privado, carro-chefe da Kroton, Anhanguera, Estácio e outros conglomerados²⁰.

Com o Future-se, novamente o bolsonarismo imitava o modelo chileno. Desde 1980, a ditadura de Pinochet havia acabado com a gratuidade no ensino superior público. Os massivos protestos estudantis no Chile de 2006 e 2011 atacavam precisamente a financeirização da educação e o gravíssimo endividamento dos estudantes, reivindicando gratuidade e criação de fronteiras mais nítidas entre o público e o privado.



Pinochet: nomeado comandante pelo próprio Allende

O modelo educacional privatizado de Pinochet havia sido continuado e aprimorado na democracia²¹. A força do movimento chileno pela educação gratuita de 2011 permitiu que quatro jovens sub-30 fossem conduzidos das entidades estudantis às cadeiras de deputados nacionais nas eleições de 2013, todos reeleitos em 2017²².

Concretamente, a “diversificação de financiamento” do Future-se significa que o setor privado comandaria pesquisas e currículos via contratos de “organizações sociais” (OS), despedaçando o tripé universitário em grupos empresariais; e que os interesses do mercado financeiro atuariam através de um “Fundo de Investimento”, criado com patrimônio público para capitalizar a educação. Isso sem falar na pavimentação do caminho para cobrança de mensalidades,

violando o princípio constitucional da gratuidade, que foi reforçado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996. Além da sua irmã, Guedes também investe no setor: foi sócio da BR Educacional e da HSM Educacional, ambas investigadas na Operação Greenfield²³. Enquanto isso, os efeitos deletérios da educação pinochetista – que Zero Três quer “copiar” – continuam endividando famílias e gerando protestos no Chile. A gratuidade conquistada em 2017 no governo Bachelet era parcial e insuficiente. Logo, a demanda por direito universal à educação gratuita e fim do lucro se espalhou novamente pelos cartazes e slogans da “revolta total” no Chile de 2019²⁴.

No Brasil, o modelo chileno de “diversificação de financiamentos” das universidades rapidamente recebeu apelidos como “Future-se” ou “Atrase-se” e encontrou obstáculos nos movimentos sociais da educação e nas reitorias, que temeram a perda da autonomia universitária. Em setembro de 2019, 43 reitorias das 69 universidades federais já tinham manifestado críticas ao projeto e 29 conselhos universitários deliberado pela rejeição²⁵. Em 3 de janeiro de 2020, uma nova rodada-relâmpago de consulta pública foi aberta pelo MEC, após modificações na minuta. Entre as principais novidades havia duas novas chantagens nada meritocráticas: para as instituições que aderirem ao programa haveria priorização da entrega de bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do aporte do tal Fundo de Investimento, violando preceitos constitucionais da isonomia, ignorando os critérios

de avaliação do sistema de pós-graduação nacional e atrelando o financiamento universitário a obediências políticas e bolhas especulativas.

Por fim, uma das formas previstas pelo Future-se para autofinanciamento das universidades é o aluguel de prédios públicos, configurando um arranjo tipicamente chileno, no qual a especulação imobiliária encontra uma nova fronteira de expansão. Em 2011, o “Chicago boy” Joaquim Lavín, então ministro da educação de Piñera (primeiro governo), foi derrubado pelo movimento estudantil devido à denúncia de uma manobra imobiliária ilegal. Lavín era acionista majoritário da sociedade Estudios Económicos Ltda., que detinha títulos da imobiliária Ainavillo, responsável pelo aluguel dos espaços da Universidad del Desarrollo, instituição privada presidida pelo próprio Lavín, junto de Cristián Larrouet e Hernán Buchi (todos “Chicago Boys”). “A Universidad del Desarrollo serve de núcleo a ex-funcionário da ditadura”, alertava *El Ciudadano* em 2010²⁶. Como ministro, Lavín sonegou seus negócios educacionais e apresentou um projeto de ampliação do Crédito com Aval do Estado (CAE) para as universidades privadas. O CAE é uma forma de endividamento estudantil em que o Estado atua como fiador. Lavín foi acusado de usar a imobiliária como fachada para desvio de recurso públicos, manobrando o preço do aluguel. Ele é um dos candidatos favoritos da direita nas eleições presidenciais de 2021.

O aparente naufrágio do Future-se, entretanto, não significa que a importação do modelo chileno, cuja espinha dorsal é o trato da educa-

ção como mercadoria em todas as dimensões, tenha sido abandonado pelo governo Bolsonaro. Em junho de 2020, o Future-se foi entregue à Câmara de Deputados como PL 3.076 e deve tramitar ainda durante a pandemia²⁷. O desfinanciamento da educação pública continua, com cortes de pelo menos R\$ 4,2 bilhões do MEC para 2021²⁸. A estratégia é sufocar o sistema de educação pública até que, fragmentariamente, escolas e universidades se rendam aos fundos privados e à cobrança de mensalidades. De toda forma, lobistas e governistas precisarão enfrentar o obstáculo da autonomia universitária. Para isso, Bolsonaro já prepara o terreno, nomeando interventores em mais numerosas universidades e institutos federais desde 2019, à revelia do fracasso da MP 979 no senado e no STF²⁹.

O estallido social chileno e seus impactos no Brasil, à esquerda e à direita

O estallido quis fazer do Chile a “tumba do neoliberalismo”, no país que fora seu berço. Os medos da extrema-direita se mostraram sensíveis à revolta social chilena. Eduardo Bolsonaro e Paulo Guedes ameaçaram um novo “AI-5”

Em 2019, apesar da preservação da constituição chilena de 1980, o modelo pinochetista já estava desmoralizado e combalido por diversas ondas de protesto anteriores: os levantes mapuche, estudantis, dos aposentados, de feministas, contra o assassinato de lideranças indígenas e populares, entre muitos outros focos de revolta cultivados desde a virada do século. O *estallido* de outubro foi um grande terremoto social, cuja potência veio da unificação das ondas anteriores em uma única revolta, como se os afluentes de um rio se juntassem em um processo caudaloso, totalizante e incessante.

O *estallido* quis fazer do Chile a “tumba do neoliberalismo”, no país que fora seu berço, fazendo estremecer os defensores do modelo chileno no Brasil. É interessante como os medos da extrema-direita se mostraram sensíveis à revolta social chilena. Temendo que os ventos rebeldes atravessassem a cordilheira e chegassem ao Brasil, em 31 de outubro Eduardo Bolsonaro ameaçou com um “AI-5”. Guedes não conseguiu esconder o pavor perante a hipótese de uma explosão social parecida, sendo ele próprio o maior conhecedor da impopularidade da sua agenda. Em novembro, depois da saída de Lula da prisão, revelou seus fantasmas: “*Não se assustem se alguém pedir o AI-5. Já não aconteceu uma vez? Ou foi diferente? Levando o povo para a rua para quebrar tudo. Isso é estúpido, é burro, não está à altura da nossa tradição democrática*”³⁰, rosnou.

Jair Bolsonaro também deixou transparecer seu medo, reprimindo uma revolta imaginária, como se as ruas brasileiras estivessem igualmente conflagradas: “*Vai tocar fogo em ôni-*

bus, pode morrer inocente, vai incendiar bancos, vai invadir ministério, isso aí não é protesto. E se tiver GLO já sabe. Se o Congresso nos der o que a gente está pedindo [excludente de ilicitude], esse protesto vai ser simplesmente impedido de ser feito”³¹, alucinou, falando sobre o Brasil enquanto imaginava as ruas do Chile.

Da parte da esquerda, o entusiasmo com o *estallido* chileno inundou as redes, convocando Paulo Guedes a explicar por que sua “Suíça latino-americana” estava em ebulição; ou ainda, provocando o bolsonarismo com “*agora sim, sejamos como o Chile*”. Em diversas capitais, foram organizados atos de apoio aos protestos pela comunidade chilena no Brasil, junto com setores da esquerda. A performance *Um estuprador em seu caminho*, do coletivo *Las Tesis*, de Valparaíso, foi reproduzida pelas mulheres brasileiras, em uma reverberação mundial das lutas feministas.

Ao mesmo tempo, no início houve um setor da esquerda que demonstrou desconfiança em relação ao levante chileno: os mesmos que costumam ver em junho de 2013 as causas do fortalecimento da direita. Esse setor questionou quem seriam futuros beneficiários das “jornadas de outubro” no país. Foi uma interpretação minoritária que rapidamente caiu por terra, conforme as manifestações demonstraram nítida hegemonia antineoliberal, cujo primeiro passo foi a conquista de um itinerário para uma Assembleia Constituinte. Os setores sociais que desafiaram as elites políticas chilenas são diversos, mas convergem para necessidade de enterrar a Carta Constitucional de 1980 — primeira no mundo a constitucionizar os princípios neoliberais.

Em 2020, enquanto a população chilena luta para contornar as armadilhas da institucionalidade pinochetista, bem como a conciliação costurada pela esquerda institucionalista (dentro da qual atuam a centro-esquerda neoliberal e a nova esquerda), o governo Bolsonaro batalha para criar sua rota para o modelo chileno. Avança na descaracterização da estrutura de direitos sociais impressa na Constituição de 1988. Além da Previdência Social, da educação e da destruição do Sistema Único de Saúde (SUS), a MP da Liberdade Econômica, a securitização dos créditos públicos e a reforma do Estado expressam um teste de procedimentos para “pinochetizar” o Brasil.

Pandemia, autoritarismo e exploração

As favelas e periferias brasileiras, as comunidades indígenas e as poblaciones da região metropolitana de Santiago enfrentam o mesmíssimo problema: é impossível realizar o isolamento social

Numa de suas tradicionais lives às quintas-feiras, no dia 4 de junho de 2020, em plena escalada da pandemia do novo coronavírus no Brasil e na América Latina, Jair Bolsonaro evocou novamente os protestos no Chile que o assombravam, insinuando dessa vez que haveria brasileiros que teriam



Guedes: inspiração no desastroso modelo imposto por Pinochet



Piñera recebe Bolsonaro: muitas semelhanças e poucas divergências

ido ao país andino para fazer supostos “cursos de agitador profissional”. Fez questão de reforçar que se houver no Brasil algo parecido, será mera importação artificial de um sentimento de insatisfação inexistente por aqui. Em suas palavras, protesto contrário a seu governo: “Não é liberdade de expressão, o cara vai para o quebra-quebra. E vai ter muito garoto desse usado como massa de manobra, idiota útil. Vai estar lá a comando de um agitador profissional. Fez curso fora do Brasil. Olha o que fizeram no Chile”.³²

Menos de um mês antes, revelara-se o conteúdo da reunião ministerial de 22 de abril, na qual Paulo Guedes afirmou, taxativamente: “vamos continuar aprofundando as reformas [...]”. Conheço todas as histórias de reconstrução. A reconstrução da economia do Chile com os caras de Chicago [...]. Conheço profundamente, no detalhe, não é de ouvir falar.”³³ A repetição de sua experiência no Chile pinochetista, não ao público, mas a portas fechadas para os membros do alto escalão do governo, serve como uma validação

curricular, uma medalha na lapela ostentada por um *ex-trader* inseguro.

A pandemia pôs a nu, mais uma vez, a profunda desigualdade social do capitalismo na América Latina, seus abismos sociais aviltantes. As favelas e periferias brasileiras, as comunidades indígenas e as *poblaciones* da região metropolitana de Santiago enfrentam o mesmíssimo problema: é impossível realizar o isolamento social, única ferramenta disponível para que os sistemas de saúde absorvam o monstruoso impacto da pandemia. Nas periferias latino-americanas, as condições sanitárias são impraticáveis e as classes trabalhadoras enfrentam o mesmo dilema: morrer de vírus ou morrer de fome.

Se Sebastián Piñera não chega às raias do negacionismo, da sabotagem ao combate ao vírus ou do surrealismo da cloroquina, não deixa de se aproveitar do isolamento social para preservar o que for possível do “modelo” pinochetista. Com credibilidade política no chão, impôs uma quarentena militarizada e determinou um toque de recolher nacional, não por coincidência um dia após a realização do maior ato de 8 de março da história no país, com 3 milhões de pessoas em marcha pela luta das mulheres. Assim como no caso da revolta de outubro, diante da pandemia Piñera parece não ter muito mais a oferecer do que vigilância e repressão.

As medidas econômicas tomadas por Piñera são similares às realizadas no Brasil de Bolsonaro. Estabeleceu-se um “bônus Covid” no valor de 60 dólares (algo em torno de R\$ 360), e um complemento, de mesmo valor, àquelas pessoas que recebem mensalmente menos de um salário



Choque entre manifestantes e carabineros durante o *estallido*

mínimo. Aprovou-se a lei do teletrabalho, que ao invés de prover maiores proteções através de uma regulamentação autorizou as empresas a aumentarem as jornadas de trabalho sem proporcional aumento salarial. E no meio da “boiada”, aprovou-se também a “lei de proteção ao emprego”, em muitos aspectos similar à MP 936 de Bolsonaro, permitindo a suspensão de contrato por seis meses com redução salarial de até 50%.

A quarentena militarizada não é efetiva quando os trabalhadores não têm condições de ficar em casa. Em maio, houve *marchas contra a fome* na periferia de Santiago. Com cerca de 2.500 presos políticos da revolta de outubro, Piñera e seus ministros falavam de “volta à normalidade”

Como o Chile parte de um patamar de proteção social muito inferior ao brasileiro, os trabalhadores tiveram que recorrer aos seus próprios fundos, o chamado “seguro cesantía” — equivalente ao nosso FGTS, porém sem a participação do Estado ou das empresas, ou seja: composto somente por parte de seus próprios salários, gerido por empresas privadas e jogado na roleta financeira global.

A crise na saúde no Chile é um caso à parte. O país parte de um patamar muito inferior ao Brasil em termos de cobertura: como não existe um sistema único de saúde, a população se divide entre quem possui algum tipo de plano de saúde privado, por meio das Instituciones de Salud Previsional-Isapres, e quem depende do Fondo Nacional de Salud (Fonasa), rede mais precária e que atende à maior parte da população — em meio à pandemia, entretanto, ambas rapidamente chegaram à beira do colapso.

A equação é simples: a quarentena militarizada não possui efeitos significativos para o controle do alastramento do vírus quando os trabalhadores não têm condições de ficar em casa.

Em 18 de maio, na comunidade El Bosque, periferia de Santiago, explodiram *marchas contra a fome*. As manifestações se multiplicaram, trazendo à tona o sentimento de indignação de outubro. Piñera convenientemente omite esta parte da questão e joga a responsabilidade em relação ao contágio nas famílias e indivíduos. As campanhas do Ministério da Saúde chileno individualizam a responsabilidade pelo contágio: se você ficou doente, é porque não se cuidou. Ou como diz Bolsonaro: se morreu é “bundão”³⁴. Em meados de maio, o ministro da Saúde chileno, Jaime Mañalich, foi demitido depois de evidenciar o quanto desconhecia a realidade das periferias chilenas.

Neste cenário, com cerca de 2.500 presos políticos da revolta de outubro, Piñera e seus ministros falavam de “volta à normalidade” e “retorno seguro”. Enquanto isso, diversas iniciativas de solidariedade ativa, como as *ollas comunes* (cozinhas comuns), voltaram a surgir nas ruas das cidades chilenas, algumas indo além da preparação da comida gratuita, mas também realizando a coleta dos alimentos junto a pequenos produtores. “Solo el

pueblo ayuda el pueblo". Recentemente, em uma derrota no Senado, pressionado pelo que já vem sendo classificado como um "segundo *estallido*", Piñera teve que engolir a aprovação do saque de até 10% dos fundos de pensão individuais dos trabalhadores deposi-

tados nas AFP, medida emergencial e insuficiente, que ainda assim passou a contragosto do governo.

A despeito das relações abaladas entre Guedes e Bolsonaro, a emulação do "modelo chileno" segue vigente como projeto de longo prazo para a direita e

os mercados no Brasil. Enquanto isso, a população chilena trata de construir uma sociedade de direitos e dignidade que confronta as ruínas do pinochetismo, lutando para enterrar seu legado. O futuro desse confronto, de alguma maneira, também diz respeito ao nosso.

Notas

- 1 Joana Salém Vasconcelos é doutoranda em História Econômica da USP. Rejane Carolina Hoeveler é doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
- 2 Joana Salém Vasconcelos e Rejane Carolina Hoeveler, "Brasil, novo laboratório da extrema direita: lições de Pinochet", *Le Monde Diplomatique Brasil*, 5/11/2018. O artigo foi publicado em inglês no livro *Year of Lead: Washington, Wall Street and the New Imperialism in Brazil*, de Brian Mier e Daniel Hunt (orgs.).
- 3 Ver Relatórios das comissões da verdade Rettig (1990), Valech 1 (2004) e Valech 2 (2011). Sobre a espoliação de terras camponesas e indígenas pela ditadura de Pinochet, ver Joana Salém Vasconcelos, "Tierra y derechos humanos en Chile: la contrarreforma agraria de la dictadura de Pinochet y las políticas de reparación campesina". *Revista Historia Agraria* (80), Abril/2020.
- 4 Pouco se sabia da trajetória de Paulo Guedes antes do perfil da repórter Malu Gaspar, "O fiador", *piauí*, n. 144, Set/2018.
- 5 Lorena Rodrigues, "Bolsonaro enviou telegrama a Pinochet em que fala em 'saudosos general'", *Estadão*, 25/9/2018.
- 6 "LGBT+ convocaron besatón masiva en protesta por la visita de Bolsonaro a Chile", *El Mostrador*, 22/3/2019; Marcio Resende, "Bolsonaro gera mais demonstrações de ódio do que de amor durante visita ao Chile". *RFI*, 23/3/2019.
- 7 Sylvia Colombo, "'Frasas de Bolsonaro sobre ditadura são infelizes', afirma Piñera". *Folha de São Paulo*, 24/3/2019.
- 8 Ver: <https://twitter.com/inddhh>.
- 9 Julia Linder, "Onyx vê mérito em reformas de Pinochet e diz que ditador 'teve que dar banho de sangue'". *Estadão*, 22/3/2019.
- 10 Ricardo Della Colleta, "Bolsonaro ataca pai de Bachelet, morto sob Pinochet, e defende golpe no Chile". *Folha de São Paulo*, 4/9/2019.
- 11 Deborah Fortuna, "Presidente da Alesp cancela homenagem a Pinochet por deputado do PSL". *Correio Braziliense*, 21/11/2019.
- 12 AFP são as Administradoras de Fundos de Pensão, megacorporações do negócio previdenciário. Ver Joana Salém Vasconcelos, "Aqui se Fabricam Pobres: a previdência chilena como antimodelo", *Correio da Cidadania*, 18/4/2017.
- 13 Como se sabe, o proprietário de *El Mercurio*, Augustín Edwards, articulou o golpe de 1973 com livre trânsito junto à CIA e foi um emblemático apoiador de Pinochet com notícias falsas. Sobre isso, ver o documentário *El diario de Augustín*. Ver "El día en que El Mercurio publicó que los chilenos se jubilarían con el 100% de su sueldo en 2020", *The Clinic*, 4/2/2019.
- 14 Recaredo Gálvez & Marco Kremerman, "¿AFP para quién? Dónde se invierten los fondos de pensiones en Chile". *Ideas para el Buen Vivir* n. 15, Fundación Sol, 2019.
- 15 Agência Brasil, "MPF investiga Guedes por gestão temerária". *Época Negócios*, 26/10/2018.
- 16 Ingrid Soares, "Denunciado, assessor de Guedes é acusado de fraude em aportes da Funcef". *Correio Braziliense*, 1/1/2020.
- 17 "BC aprova volta de André Esteves ao grupo de controle do BTG Pactual", *Folha de São Paulo/Reuters*, 18/12/2019.
- 18 Erick Mota, "PDT pede afastamento de Guedes ao STF por suspeita de fraude". *Congresso em Foco*, 12/8/2020.
- 19 "Sem capitalização, setor financeiro tenta incluir 'securitização' na Reforma da Previdência", *Rede Brasil Atual*, 3/7/2019.
- 20 Ver <https://anup.org.br/>
- 21 Ver Joana Salém Vasconcelos, *O que resta da ditadura no Chile: por que a política educacional de Pinochet chegou ao século XXI?* Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2015/anais2015/mc20/Tc201.pdf>
- 22 "Ex-líderes estudantis são eleitos deputados no Chile", *O Globo*, 18/11/2013.
- 23 Tomas Chiaverini, "Planos para educação devem enfraquecer professores e beneficiar negócios de Guedes". *A Pública*, 12/12/2018.
- 24 Vários autores. *Chile despertó. Lecturas desde la Historia del estallido social de octubre*, Santiago: U. Chile, 2019. Ver: <http://www.filosofia.uchile.cl/publicaciones/160577/chile-desperto-lecturas-desde-la-historia-del-estallido-social>
- 25 Andes-SN, "29 universidades federais já rejeitaram o Future-se", 23/10/2019.
- 26 Mauricio Becerra, "Los vínculos de Joaquín Lavín con la Universidad del Desarrollo". *El Ciudadano*, 24/6/2010.
- 27 Elida Oliveira, "'Future-se': Câmara recebe texto, e projeto de lei que pretende mudar financiamento das universidades começa a tramitar". G1, 3/6/2020.
- 28 Giovana Galvanni, Ministério da Educação prevê corte de R\$ 4,2 bilhões para 2021. *Carta Capital*, 11/8/2020. **Nota do Editor:** Na contramão desta tendência, o Senado Federal aprovou em 25/8 o novo Fundeb, que contempla a educação básica com expressivo aumento de verbas. O que constituiu drástica derrota para o governo Bolsonaro.
- 29 Rodrigo Baptista, "Davi Alcolumbre anuncia devolução de MP que autoriza Weintraub a nomear reitores". *Agência Senado*, 12/6/2020.
- 30 Felipe Betim, "Paulo Guedes repete ameaça de AI-5 e reforça investida radical do governo Bolsonaro". *El País*, 26/11/2019.
- 31 Idem.
- 32 Daniel Carvalho, "Bolsonaro chama manifestantes contra ele de idiotas, marginais e viciados". *Folha de S. Paulo*, 4/6/2020.
- 33 "Leia a íntegra das falas de Bolsonaro e ministros em reunião ministerial gravada". *Folha de S. Paulo*, 22/5/2020.
- 34 Guilherme Mazui, "Bolsonaro diz que jornalista 'bundão' tem chance menor de sobreviver à Covid". G1, 24/8/2020.